

EQUIDADE EM ATO NA GESTÃO DO SUS-BH: EDUCAÇÃO PERMANENTE, INTERSECCIONALIDADE E FORMAÇÃO INTERPROFISSIONAL NO PET-SAÚDE EQUIDADE

EQUITY IN ACTION IN THE MANAGEMENT OF BRAZIL'S UNIFIED HEALTH SYSTEM IN BELO HORIZONTE: PERMANENT EDUCATION, INTERSECTIONALITY AND INTERPROFESSIONAL TRAINING IN THE PET-SAÚDE EQUITY PROGRAM

EQUIDAD EN ACCIÓN EN LA GESTIÓN DEL SUS EN BELO HORIZONTE: EDUCACIÓN PERMANENTE, INTERSECCIONALIDAD Y FORMACIÓN INTERPROFESIONAL EN EL PET-SALUD EQUIDAD

Cleonice Acacio da Rocha Magalhães¹

Waleska Torres de Azevedo Mendes²

Beatriz Assrany Nascimento³

Beatriz Augusta Pires Dutra⁴

Yasmin Vianini de Faria⁵

Jhully Kelly Rodrigues Reis⁶

Ubiratan Brum de Castro⁷

José Martim Marques Simas⁸

Luciana Lemos de Azevedo⁹

RESUMO: Este artigo tem como objetivo relatar e analisar a experiência formativa desenvolvida no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – Equidade (PET-Saúde Equidade), iniciativa do Ministério da Saúde realizada em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte e as instituições de ensino superior Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A experiência envolveu estudantes dos cursos de Psicologia, Odontologia, Ciências Sociais, Antropologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Direito, inseridos em atividades no nível gerencial da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (SUS-BH), com foco na formação interprofissional e na educação permanente em saúde. O percurso metodológico baseou-se em um relato de experiência de natureza qualitativa, estruturado a partir da participação em espaços de gestão, reuniões institucionais e oficinas formativas voltadas aos temas da equidade, incluindo gênero, raça, saúde mental, deficiências, espiritualidade, comunicação não violenta e enfrentamento ao assédio no trabalho. As atividades favoreceram a aproximação entre ensino, serviço e comunidade, possibilitando a construção coletiva de reflexões críticas sobre os processos de trabalho no SUS. Observou-se engajamento significativo dos trabalhadores da gestão, com ampliação da compreensão sobre a implementação ativa da equidade no cotidiano institucional. As oficinas promoveram trocas interprofissionais relevantes, tensionando práticas naturalizadas e estimulando diálogos sobre

¹ Técnico Superior de Saúde/Assistente Social - Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

² Odontóloga, Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG.

³ Discente do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁴ Discente do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁵ Discente do Curso de Odontologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

⁶ Discente do Curso de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

⁷ Docente do Curso de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁸ Docente do Curso de Fisioterapia da Universidade Federal de Minas Gerais.

⁹ Docente do Curso de Fonoaudiologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

interseccionalidade e justiça social. Conclui-se que o PET-Saúde Equidade se configura como potente dispositivo formativo para o fortalecimento da educação permanente em saúde e para a qualificação dos processos de trabalho, contribuindo para a construção de práticas mais inclusivas e sensíveis às diversidades no Sistema Único de Saúde.

Palavras-chave: Educação Permanente. Equidade em Saúde. Interseccionalidade. Educação Interprofissional. Sistema Único de Saúde.

ABSTRACT: This article aims to report and analyze a formative experience developed within the scope of the Program for Education through Work for Health – Equity (PET-Saúde Equidade), an initiative of the Brazilian Ministry of Health carried out in partnership with the Municipality of Belo Horizonte and the higher education institutions Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) and Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). The experience involved students from Psychology, Dentistry, Social Sciences, Anthropology, Occupational Therapy, Physiotherapy and Law, engaged in activities at the managerial level of the Municipal Health Secretariat of Belo Horizonte (SUS-BH), focusing on interprofessional education and continuing health education. The methodological pathway consisted of a qualitative experience report based on participation in management settings, institutional meetings and training workshops addressing equity-related themes, including gender, race, mental health, spirituality, nonviolent communication and workplace harassment prevention. These activities fostered closer integration between teaching, service and community, enabling the collective construction of critical reflections on work processes within the Brazilian Unified Health System. Significant engagement from management workers was observed, with an expanded understanding of the active implementation of equity in institutional practices. The workshops promoted meaningful interprofessional exchanges, challenging naturalized practices and encouraging dialogue on intersectionality and social justice. The findings indicate that PET-Saúde Equidade constitutes a powerful educational device for strengthening continuing health education and improving work processes, contributing to more inclusive and diversity-sensitive practices within the Brazilian Unified Health System.

2

Keywords: Continuing Health Education. Health Equity. Intersectionality. Interprofessional Education. Unified Health System.

RESUMEN: Este artículo tiene como objetivo relatar y analizar la experiencia formativa desarrollada en el marco del Programa de Educación por el Trabajo para la Salud – Equidad (PET-Salud Equidad), una iniciativa del Ministerio de Salud realizada en alianza con la Municipalidad de Belo Horizonte y con las instituciones de educación superior Pontificia Universidad Católica de Minas Gerais (PUC Minas) y la Universidad Federal de Minas Gerais (UFMG). La experiencia involucró a estudiantes de las carreras de Psicología, Odontología, Ciencias Sociales, Antropología, Terapia Ocupacional, Fisioterapia y Derecho, quienes participaron en actividades en el nivel gerencial de la Secretaría Municipal de Salud de Belo Horizonte (SUS-BH), con énfasis en la formación interprofesional y en la educación permanente en salud. El recorrido metodológico se basó en un relato de experiencia de naturaleza cualitativa, estructurado a partir de la participación en espacios de gestión, reuniones institucionales y talleres formativos orientados a temas de equidad, incluyendo género, raza, salud mental, discapacidad, espiritualidad, comunicación no violenta y enfrentamiento del acoso laboral. Las actividades favorecieron el acercamiento entre enseñanza, servicio y comunidad, posibilitando la construcción colectiva de reflexiones críticas sobre los procesos de trabajo en el SUS. Se observó un significativo compromiso por parte de los trabajadores de la gestión, con una ampliación de la comprensión sobre la implementación activa de la equidad en la vida institucional cotidiana. Los talleres promovieron relevantes intercambios interprofesionales, tensionando prácticas naturalizadas y estimulando diálogos sobre

interseccionalidad y justicia social. Se concluye que el PET-Salud Equidad se configura como un potente dispositivo formativo para el fortalecimiento de la educación permanente en salud y para la cualificación de los procesos de trabajo, contribuyendo a la construcción de prácticas más inclusivas y sensibles a las diversidades en el Sistema Único de Salud.

Palabras clave: Educación Permanente. Equidad en Salud. Interseccionalidad. Educación Interprofesional. Sistema Único de Salud.

INTRODUÇÃO

A formação em saúde no Brasil tem sido historicamente desafiada a responder às complexas demandas do Sistema Único de Saúde (SUS), marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas, raciais, de gênero e territoriais. A compreensão dos processos de saúde-doença-cuidado, bem como da organização do trabalho em saúde, exige abordagens que ultrapassem perspectivas biomédicas e individualizantes, incorporando análises críticas sobre a determinação social da saúde e sobre os marcadores sociais que estruturam desigualdades no acesso, no cuidado e nas condições de trabalho. No campo da saúde coletiva, diferentes estudos têm destacado a centralidade dessas dimensões para o ensino em saúde e para a formação de profissionais comprometidos com a equidade, a diversidade e os direitos humanos, especialmente no contexto brasileiro (MACEDO; MEDEIROS, 2025).

Nesse cenário, o Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), em sua edição voltada à Equidade, configura-se como um importante dispositivo de educação permanente em saúde, ao articular ensino, serviço, gestão e comunidade na formação de trabalhadoras e trabalhadores, atuais e futuros, do SUS. O programa parte do reconhecimento do trabalho como princípio educativo, compreendendo que os processos formativos se constroem no cotidiano dos serviços e da gestão, a partir da problematização das práticas, das relações institucionais e das condições concretas em que o cuidado e a gestão se realizam. Essa perspectiva dialoga com concepções da gestão do trabalho em saúde que entendem a formação como inseparável dos processos de trabalho e das políticas públicas que os estruturam (CONTARATO, 2021).

A experiência do PET-Saúde Equidade desenvolvida no município de Belo Horizonte-MG envolveu estudantes de diferentes áreas da saúde e das humanidades, tutores vinculados às instituições de ensino superior e preceptoras inseridas nos serviços e na gestão municipal. Essa composição favoreceu a construção de um processo formativo coletivo, baseado na horizontalidade das relações pedagógicas, sem desconsiderar as funções e responsabilidades específicas de cada ator envolvido. Ao reconhecer a gestão como território pedagógico, o PET-

Saúde possibilitou a vivência concreta dos processos institucionais do SUS, contribuindo para a formação crítica de sujeitos capazes de atuar em contextos complexos e interdependentes.

No âmbito desta proposta, a educação interprofissional constituiu-se como eixo estruturante das ações formativas, ao promover a aprendizagem colaborativa entre diferentes áreas de conhecimento e campos profissionais. A literatura aponta que o trabalho em equipe e a prática colaborativa são fundamentais para a integralidade do cuidado e para a qualificação dos serviços de saúde, especialmente em sistemas universais como o SUS. A educação interprofissional, ao articular formação e trabalho em equipe, contribui para o desenvolvimento de competências relacionais, comunicacionais e reflexivas, necessárias à atuação em contextos marcados pela complexidade das necessidades de saúde e pela diversidade dos sujeitos envolvidos (PEDUZZI et al., 2020).

Inserido nesse contexto, o Grupo de Trabalho 1 (GT1) teve como foco o (re)conhecimento das trabalhadoras e de seu trabalho no SUS-BH, adotando a interseccionalidade como eixo analítico central. A interseccionalidade, enquanto perspectiva teórico-analítica, permite compreender como diferentes sistemas de opressão e relações de poder, tais como gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, classe social e deficiência, não atuam de forma isolada, mas se constituem de maneira interdependente, produzindo desigualdades estruturais que atravessam as trajetórias dos sujeitos e os contextos institucionais. Essa abordagem possibilita uma leitura mais complexa dos processos de trabalho em saúde, ao evidenciar como tais marcadores influenciam as condições laborais, as relações profissionais e a produção do cuidado no SUS (COLLINS; BILGE, 2021; MACEDO; MEDEIROS, 2025).

A partir dessa lente analítica, o GT1 buscou desenvolver ações formativas orientadas ao fortalecimento de competências culturais e institucionais com foco em equidade. A noção de competência cultural, compreendida de forma ampliada e não individualizante, refere-se à capacidade institucional de reconhecer, valorizar e responder às diversidades e desigualdades presentes nos contextos de saúde, enfrentando barreiras de acesso, discriminações e práticas excludentes. No âmbito do SUS, essa perspectiva implica repensar processos de trabalho, práticas de gestão e modos de formação, de modo a incorporar a equidade como princípio transversal das ações em saúde (AGUIAR et al., 2019).

Diante desse contexto, o presente artigo apresenta um relato coletivo da experiência formativa e de trabalho desenvolvida no âmbito do PET-Saúde Equidade, a partir das vivências

de estudantes, tutores, preceptoras e trabalhadores da gestão municipal. Para além da descrição das atividades realizadas, o texto propõe uma análise crítica das potencialidades, tensões institucionais, limites e lacunas identificadas ao longo do processo, buscando contribuir para o debate sobre a formação em saúde, a gestão do trabalho e a institucionalização de práticas orientadas pela equidade e pela interseccionalidade no SUS.

MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência de caráter descritivo-analítico, desenvolvido no âmbito do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde – PET-Saúde Equidade (2024–2026), realizado em parceria entre a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte (SMSA-BH). Participaram do projeto estudantes dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Odontologia, Ciências Sociais, Antropologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Direito, compondo um coletivo interprofissional voltado à formação em equidade no contexto do Sistema Único de Saúde (SUS).

O percurso formativo teve duração prevista de dois anos, período no qual ocorreram ajustes naturais na composição do grupo, decorrentes das dinâmicas acadêmicas e institucionais próprias dos cursos de graduação. O presente relato considera as experiências construídas coletivamente ao longo desse percurso, tomando como base os registros produzidos e as reflexões compartilhadas no âmbito do Grupo de Trabalho 1 (GT1).

O percurso metodológico foi organizado em etapas preparatórias e práticas. Inicialmente, foram realizadas atividades de aproximação com a gestão municipal, com o objetivo de compreender o funcionamento institucional da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e os processos organizacionais da Regional Pampulha. Nessa fase, os participantes tiveram acesso a uma agenda formativa organizada pela preceptoria, contemplando encontros institucionais, reuniões técnicas, apresentações e atividades de educação permanente.

Entre as experiências vivenciadas nesse momento, destacaram-se encontros e atividades relacionadas à igualdade de gênero e equidade racial, racismo institucional, saúde sexual e atenção às infecções sexualmente transmissíveis, integração do cuidado na Atenção Primária à Saúde, promoção da saúde e educação popular, monitoramento da vigilância do cuidado, participação em plenárias do Conselho Municipal de Saúde, além de visitas técnicas guiadas em

diferentes setores da gestão municipal. Esses momentos possibilitaram a compreensão dos aspectos práticos, organizacionais e operacionais dos processos de trabalho no SUS-BH.

Posteriormente, iniciou-se a etapa prática, voltada à elaboração de um programa de capacitação em equidade direcionado aos trabalhadores da Secretaria Municipal de Saúde. Para a construção desse percurso formativo, foram definidos oito eixos temáticos relacionados às dimensões da equidade nos processos de trabalho em saúde: (I) desigualdade de gênero, identidade de gênero e sexualidade; (II) equidade no sistema de saúde e linguagem inclusiva nos processos de trabalho; (III) capacitismo e pessoas com deficiência; (IV) saúde mental e bem-estar no ambiente de trabalho no SUS; (V) espiritualidade, religiosidade e manifestações culturais no trabalho em saúde; (VI) prevenção e enfrentamento do assédio moral e sexual; (VII) comunicação não violenta; e (VIII) racismo estrutural e suas implicações nos processos de trabalho em saúde.

Cada eixo temático contou com a participação articulada de estudantes, tutores e preceptoras, responsáveis pela pesquisa teórica, elaboração dos materiais pedagógicos e organização das oficinas formativas. Os conteúdos foram sistematizados conforme as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e apresentados inicialmente no âmbito do GT1 do PET-Saúde Equidade, em encontros realizados de forma remota. A partir desse processo, foi desenvolvido o Curso de Formação em Equidade destinado aos trabalhadores da gestão municipal do SUS-BH.

Dos oito eixos temáticos previstos, sete foram efetivamente realizados, uma vez que a temática referente ao capacitismo e às pessoas com deficiência não pôde ser executada em função de limitações logísticas relacionadas à disponibilidade de espaço físico e agenda institucional. Ainda assim, o conjunto das ações formativas possibilitou a construção de um processo educativo orientado pela educação interprofissional, pela educação permanente em saúde e pela reflexão crítica sobre equidade e interseccionalidade nos contextos de trabalho do SUS.

A análise apresentada neste relato baseia-se nas experiências vivenciadas ao longo das etapas formativas, nos registros produzidos durante as atividades e nas reflexões coletivas construídas entre estudantes, tutores, preceptoras e trabalhadores da gestão municipal, buscando compreender as potencialidades, os limites e os desafios do processo formativo desenvolvido no âmbito do PET-Saúde Equidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inserção na gestão municipal e reconhecimento dos processos de trabalho como dispositivos formativos

A etapa inicial de reconhecimento constituiu um marco importante no percurso formativo do Grupo de Trabalho 1 (GT1), possibilitando a inserção dos estudantes nos espaços institucionais da Prefeitura de Belo Horizonte, por meio de atividades conduzidas pela Secretaria Municipal de Saúde (SMSA/SUS-BH). As ações tiveram início com a participação em encontros técnicos e reuniões institucionais, destacando-se a observação presencial da reunião da Coordenação de Saúde Sexual e Atenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), Aids e Hepatites Virais – Comissão de Aids, realizada na Faculdade de Medicina da UFMG. Entre as pautas discutidas estiveram a apresentação de pesquisa sobre profilaxia pré-exposição (PrEP) injetável com lenacapavir e o planejamento das ações referentes ao 1º de dezembro, com ênfase na validação da ementa do Seminário de PrEP.

A participação nesse espaço permitiu explicitar processos de tomada de decisão e planejamento em saúde adotados pela gestão municipal, evidenciando a articulação entre diferentes setores do SUS e ampliando a compreensão dos estudantes acerca das dinâmicas institucionais que sustentam as políticas públicas em saúde. Em sequência, foi acompanhada a Reunião de Monitoramento da Vigilância do Cuidado, conduzida pela Regional de Saúde Pampulha, voltada ao acompanhamento de doenças infecciosas crônicas selecionadas, como HIV/AIDS, sífilis em gestantes e sífilis congênita, hanseníase, hepatites B e C e tuberculose. O encontro demonstrou a interconexão entre os Centros de Saúde e a gestão regional, evidenciando estratégias de monitoramento e cuidado que articulam diferentes níveis da Rede de Atenção à Saúde.

As visitas guiadas à Regional Pampulha e à Secretaria Municipal de Saúde, acompanhadas pela preceptoria, possibilitaram o reconhecimento dos setores institucionais e do funcionamento da Rede de Atenção à Saúde como sistema integrado e coordenado. Para os estudantes, essas experiências representaram a transição do conhecimento teórico para a compreensão concreta dos processos organizacionais do SUS, reforçando a gestão como território pedagógico e espaço de produção de saberes.

Ainda nesse ciclo inicial, a participação no Grupo de Educação Popular em Saúde “Unidos Somos Mais”, realizado em um Centro de Saúde, destacou a centralidade da participação social e do protagonismo dos usuários na construção do cuidado. A experiência

evidenciou a importância dos espaços comunitários e das práticas educativas na Atenção Primária à Saúde, ampliando o entendimento dos participantes sobre corresponsabilização e autonomia no processo de saúde.

Mais do que momentos isolados de observação, essas experiências constituíram dispositivos formativos que deslocaram a aprendizagem para o cotidiano da gestão e do trabalho em saúde, alinhando-se à perspectiva da educação permanente e favorecendo a leitura crítica sobre os processos institucionais que atravessam a produção do cuidado no SUS.

Interseccionalidade e equidade como lentes para compreender os processos de trabalho no SUS

Após o ciclo inicial de inserção na gestão municipal, teve início o Curso de Formação em Equidade, estruturado a partir de diferentes eixos temáticos que buscaram sensibilizar e instrumentalizar trabalhadores e estudantes para a identificação de situações de inequidade e violência nos processos de trabalho no SUS-BH. As oficinas foram organizadas como espaços de aprendizagem coletiva, nos quais experiências concretas, dinâmicas participativas e discussões teóricas se articularam, permitindo que as temáticas da equidade fossem analisadas a partir do cotidiano institucional.

A primeira etapa, intitulada “Desigualdade de gênero, identidade de gênero e sexualidade. Machismo estrutural e misoginia”, evidenciou uma aparente familiaridade inicial do grupo com o tema. Entretanto, durante as dinâmicas que incentivaram o compartilhamento anônimo de vivências relacionadas a violências de gênero no ambiente de trabalho, emergiram relatos que revelaram a persistência de naturalizações dessas violências. Observou-se que, apesar de avanços discursivos, ainda permanecem concepções que associam determinadas aptidões a papéis de gênero, reforçando hierarquias e desigualdades. Essa experiência revelou como os marcadores sociais da diferença atravessam os processos institucionais e as relações de trabalho, reforçando a necessidade de abordagens formativas que problematizem tais estruturas de poder.

Na segunda etapa, “Equidade no sistema de saúde e seu impacto nos processos de trabalho: adoção de uma linguagem que promova a equidade, evitando termos discriminatórios”, buscou-se discutir a origem e o significado do conceito de equidade, bem como sua relevância nas relações sociais e institucionais. A dinâmica proposta, que simulava obstáculos sociais por meio de atividades práticas, possibilitou aos participantes experimentar,

ainda que simbolicamente, diferentes posições sociais. Essa estratégia favoreceu a ampliação do olhar crítico sobre as desigualdades estruturais, estimulando reflexões sobre como barreiras sociais e institucionais influenciam as condições de trabalho e o acesso aos serviços de saúde.

A terceira etapa, voltada à temática “Saúde Mental e Bem-Estar no Ambiente de Trabalho no SUS: Identificação e Prevenção de Riscos Psicossociais”, trouxe à tona discussões relevantes sobre os impactos das condições organizacionais no bem-estar dos trabalhadores. As dinâmicas realizadas evidenciaram a presença de riscos psicossociais no cotidiano dos serviços e reforçaram a importância de políticas institucionais que valorizem o cuidado com quem cuida. Nesse contexto, emergiu a necessidade de fortalecer espaços coletivos de apoio e reflexão, alinhados aos princípios da Política Nacional de Humanização, apontando para a relação indissociável entre equidade, saúde do trabalhador e organização dos processos de trabalho.

Na quarta etapa, “Espiritualidade, religiosidade e manifestações culturais no âmbito do trabalho na saúde”, as discussões concentraram-se na compreensão das diferentes expressões culturais e religiosas presentes nos territórios e nas equipes de saúde, com destaque para as manifestações de matriz africana e os processos históricos de intolerância religiosa. A utilização de referências artísticas, históricas e recursos tecnológicos, como a realidade virtual, ampliou o envolvimento dos participantes e favoreceu a reflexão sobre como o racismo religioso e cultural pode se manifestar de forma explícita ou sutil nos ambientes institucionais.

9

A quinta etapa abordou os “Programas de prevenção e combate ao assédio moral e sexual no trabalho”, trazendo discussões sobre comunicação assertiva, conceitos relacionados às diferentes formas de violência e os canais institucionais de denúncia existentes. A participação ativa dos trabalhadores, que compartilharam experiências pessoais e práticas institucionais já vivenciadas, revelou tanto avanços nas políticas de enfrentamento ao assédio quanto lacunas na compreensão conceitual e na aplicação prática dessas normativas.

Na sexta etapa, “Comunicação não violenta – CNV”, foram explorados conceitos e práticas voltados à construção de diálogos mais seguros e respeitosos nos ambientes de trabalho. As dinâmicas realizadas estimularam a reflexão sobre situações reais vivenciadas pelos trabalhadores, evidenciando desafios relacionados à comunicação institucional e à gestão de conflitos. A receptividade dos participantes indicou a relevância do tema para a promoção de relações de trabalho mais saudáveis, especialmente em contextos marcados por sobrecarga e complexidade organizacional.

Por fim, a sétima etapa, “Racismo estrutural: raça e etnia nos processos de trabalho”,

aprofundou a discussão sobre como as desigualdades raciais atravessam as relações institucionais e os processos de cuidado no SUS. Relatos compartilhados durante as atividades evidenciaram percepções diversas sobre privilégios e discriminação, trazendo à tona debates sobre raça, classe e pertencimento social. Esses momentos demonstraram que a problematização do racismo estrutural exige não apenas conhecimento conceitual, mas também espaços seguros de escuta e reflexão coletiva, capazes de tensionar narrativas naturalizadas no cotidiano institucional.

De forma transversal, as oficinas evidenciaram que a equidade, quando abordada a partir de uma perspectiva interseccional, deixa de ser apenas um princípio normativo e passa a constituir uma lente crítica para compreender os processos de trabalho em saúde. As experiências vivenciadas mostraram que gênero, raça, identidade, espiritualidade e condições de trabalho não operam de forma isolada, mas se articulam na produção das desigualdades institucionais, exigindo estratégias formativas contínuas e contextualizadas (COLLINS; BILGE, 2021; MACEDO; MEDEIROS, 2025).

Educação interprofissional e construção coletiva do curso de formação em equidade

A elaboração e implementação do Curso de Formação em Equidade constituíram um momento central do percurso formativo do Grupo de Trabalho 1 (GT1), evidenciando a potência da educação interprofissional como estratégia para a construção coletiva do conhecimento no âmbito do PET-Saúde Equidade. A diversidade de áreas envolvidas, incluindo Psicologia, Enfermagem, Odontologia, Ciências Sociais, Antropologia, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Direito, favoreceu a articulação entre diferentes saberes e perspectivas, possibilitando que as temáticas da equidade fossem discutidas de maneira ampliada e transversal.

A organização do curso a partir de eixos temáticos, com a responsabilização compartilhada entre estudantes, tutores e preceptoras, contribuiu para o desenvolvimento de competências relacionadas à autonomia, à colaboração e à negociação de significados entre diferentes campos disciplinares. Cada integrante assumiu a condução de um eixo específico, sendo responsável pela pesquisa teórica, elaboração dos materiais pedagógicos e mediação das oficinas, o que demandou a construção de espaços internos de aprendizagem e troca entre os participantes.

Esse processo evidenciou que a educação interprofissional não se restringe à presença simultânea de diferentes áreas em uma mesma atividade, mas envolve a construção de diálogos

que desafiam fronteiras disciplinares e exigem a tradução de linguagens e conceitos. Ao longo das reuniões preparatórias e dos encontros formativos, tornaram-se visíveis diferenças de abordagem entre os campos da saúde e das humanidades, especialmente na forma de compreender temas como espiritualidade, racismo estrutural e comunicação institucional. Longe de representar um obstáculo, essas tensões funcionaram como dispositivos pedagógicos, ampliando a capacidade reflexiva do grupo e fortalecendo a construção coletiva das propostas formativas.

A atuação conjunta de estudantes, tutores e preceptoras também revelou a importância da horizontalidade nas relações pedagógicas, sem que isso implicasse a diluição dos papéis institucionais. A mediação realizada pelas preceptoras, articulada à condução acadêmica dos tutores, possibilitou que os estudantes assumissem protagonismo na construção do curso, ao mesmo tempo em que contaram com suporte técnico e pedagógico para qualificar suas intervenções. Esse movimento reforça a compreensão da educação interprofissional como processo contínuo de aprendizagem no trabalho, no qual diferentes atores contribuem a partir de suas experiências e posições institucionais (PEDUZZI et al., 2020).

Outro aspecto relevante foi o reconhecimento das dificuldades inerentes à construção coletiva em contextos institucionais complexos. A necessidade de adequar agendas, negociar temas sensíveis e alinhar expectativas entre participantes evidenciou desafios relacionados à gestão do tempo, à comunicação e às dinâmicas organizacionais da própria Secretaria Municipal de Saúde. Ainda assim, tais desafios contribuíram para o amadurecimento do grupo, fortalecendo habilidades de diálogo, escuta e responsabilização.

Ao longo do processo, a experiência do curso evidenciou que a formação em equidade, quando construída de maneira interprofissional, amplia as possibilidades de reflexão sobre os processos de trabalho em saúde e favorece a construção de práticas mais integradas e sensíveis às diversidades presentes nos territórios e nas equipes. Nesse sentido, a educação interprofissional mostrou-se não apenas como uma estratégia pedagógica, mas como uma prática política, capaz de tensionar modelos tradicionais de formação e promover a construção coletiva de saberes comprometidos com a equidade no SUS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências e ações desenvolvidas no âmbito do PET-Saúde Equidade evidenciaram o potencial do programa como estratégia estruturante de articulação entre formação e gestão no

Sistema Único de Saúde (SUS). A inserção dos acadêmicos nos espaços gerenciais da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte favoreceu a compreensão dos fluxos institucionais, das lógicas organizacionais e dos desafios cotidianos enfrentados por trabalhadoras e trabalhadores do SUS-BH, ampliando o olhar dos participantes para além da dimensão assistencial do cuidado.

As atividades formativas, organizadas a partir de eixos centrais da equidade, como gênero, raça, deficiência, saúde mental, comunicação, enfrentamento ao assédio e espiritualidade, possibilitaram a construção de espaços de escuta qualificada, análise crítica e intercâmbio de saberes entre estudantes, tutores, preceptoras e profissionais da gestão. A abordagem dessas temáticas contribuiu para evidenciar desigualdades presentes nos processos de trabalho e tensionar práticas naturalizadas no cotidiano institucional, favorecendo posturas mais éticas, inclusivas e sensíveis às diferenças.

A 11ª edição do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde reafirma a equidade como princípio orientador ao reconhecer trabalhadoras e trabalhadores da saúde em suas múltiplas interseccionalidades, incluindo gênero, raça, etnia, deficiências, identidade de gênero e sexualidade, e ao fortalecer a aproximação entre ensino, serviço e comunidade. Tal diretriz amplia a potência pedagógica do programa ao qualificar a leitura das desigualdades sociais em saúde e estimular práticas formativas comprometidas com a humanização e a justiça social.

12

A participação no projeto, além de qualificar a formação acadêmica por meio do desenvolvimento de competências críticas, interdisciplinares e interprofissionais, impacta positivamente os serviços ao incentivar práticas reflexivas e processos educativos permanentes alinhados às diretrizes institucionais do SUS. Nesse sentido, a experiência evidencia que a formação em equidade, quando construída de forma coletiva e situada nos territórios da gestão, pode contribuir para transformar modos de pensar e organizar o trabalho em saúde.

Por fim, a atuação do PET-Saúde Equidade no âmbito da gestão municipal reforçou o vínculo entre universidade e serviço e consolidou a compreensão da equidade como eixo transversal das políticas públicas de saúde. Ainda que persistam desafios relacionados à continuidade das ações e à sua institucionalização, o percurso vivido aponta para a relevância de iniciativas formativas comprometidas com a construção de um SUS mais justo, inclusivo e atento ao reconhecimento e à valorização das pessoas que o constroem cotidianamente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Zenaide Neto et al. Competência cultural e cuidado em saúde: desafios para a formação e a prática profissional. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 43, n. esp., p. 1–10, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde)**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/pet-saude>. Acesso em: 9 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **PET-Saúde Equidade**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/sgtes/pet-saude/pet-saude-equidade>. Acesso em: 9 fev. 2026.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CONTARATO, Priscilla Caran. **Gestão do trabalho em saúde**. Brasília: PNAP; Recife: UPE/NEAD, 2021. 88 p. Material didático do Curso de Especialização em Gestão em Saúde – UAB/PNAP.

FERRAZ, Lucimare. O PET-Saúde e sua interlocução com o Pró-Saúde a partir da pesquisa: o relato dessa experiência. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 166–171, jan. 2012.

HIGASHIJIMA, Marcia Naomi Santos et al. Princípios e características da Educação Permanente em Saúde: resgate e resistência em favor de um SUS potente e em defesa da vida.

Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, e05902023, p. 1–11, 2025.

MACEDO, Renata Mourão; MEDEIROS, Thamires Monteiro de. Marcadores sociais da diferença, interseccionalidade e saúde coletiva: diálogos necessários para o ensino em saúde. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 49, n. 144, e9507, jan.–mar. 2025.

PEDUZZI, Marina; AGRELI, Heloise Lima Fernandes; SILVA, Jaqueline Alcântara Marcelino da; SOUZA, Helton Saragor de. Trabalho em equipe: uma revisita ao conceito e a seus desdobramentos no trabalho interprofissional. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, supl. 1, e0024678, 2020.